

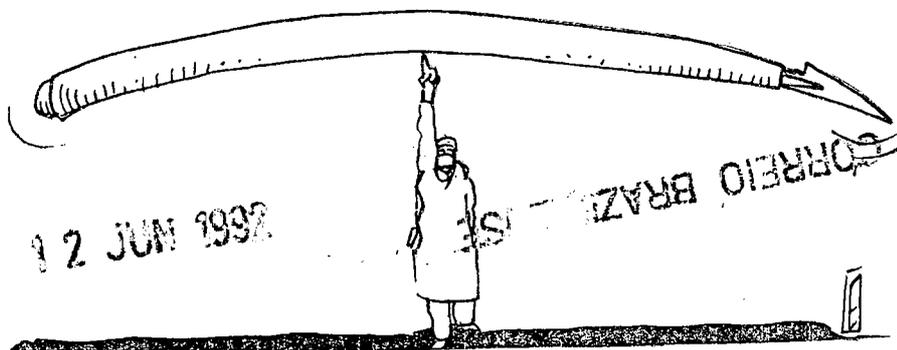
# Desequilíbrio faz mal à saúde

José Luiz Spigolon

O Ministério da Saúde anunciou, no dia 27 último, um reajuste de 40 por cento, em média, nas tabelas do Inamps para o pagamento dos serviços prestados pela rede hospitalar. O reajuste, o terceiro deste ano, é fruto do empenho do ministro Adib Jatene, que vem demonstrando na função pública a mesma dedicação à medicina que caracteriza sua carreira como cirurgião de renome internacional. Seu esforço, entretanto, esbarra na insensibilidade tecnocrática da área econômica do Governo. Em consequência disso, os reajustes dos pagamentos por internações e atendimento ambulatorial vêm sendo feitos em percentuais inferiores aos registrados pelas despesas com pessoal, medicamentos etc.

A situação é particularmente grave no que se refere aos dois mil 558 hospitais filantrópicos (santas casas e instituições de caridade). Eles são responsáveis por 62 por cento da oferta de leitos do Sistema Único de Saúde e, até mesmo em algumas capitais, são os melhores e mais bem equipados centros de assistência médica. Por não visarem ao lucro, atenderem gratuitamente à população carente, têm nos pagamentos do Inamps praticamente sua única fonte de receitas para cobrir os custos de aproximadamente 700 mil internações mensais.

Os administradores das santas casas compreendem perfeitamente a necessidade imperiosa de se promover a estabilização econômica do País, de se combater a inflação e de se evitar o déficit público. Em função dos cargos que ocupam, conhecem em profundidade a importância de uma gestão financeira sadia (sem a intensão de trocadilhos) de qualquer entidade. Pela mesma razão, sabem que é nos momentos de crise econômica que aumenta a demanda por serviços de saúde, em especial os públicos ou gratuitos, e sabem também o custo social da doença.



Não se pode permitir que se torne letra morta o Artigo 196 da Constituição, segundo o qual "a saúde é direito de todos e dever do Estado". Por razões que se perdem na história do Brasil, coube às entidades filantrópicas proporcionar à Nação os serviços que o Estado jamais assumiu diretamente. Fiéis à sua vocação filantrópica, as santas casas e os hospitais de caridade vêm desempenhando esse papel humanitário. Mas isso não mais será possível, num prazo assustadoramente curto, se a evolução das receitas e despesas seguir a trajetória observada nos últimos meses.

A impossibilidade de sustentar deficits de caixa já levou diversas instituições a restringirem os serviços prestados. De um modo geral, todos os gastos não essenciais foram cortados. Muitos hospitais de caridade reduziram drasticamente seus quadros de pessoal. Nos casos mais dramáticos, há sérias dificuldades para ministrar alimentação a os medicamentos adequados aos pacientes. Assiste-se a uma indesejável e involuntária deterioração da assistência médica e hospitalar no momento em que o Governo se empenha na promoção de um programa de qualidade e produtividade.

Uma simulação que desconsidera a defasagem no aumento das receitas e despesas dos hospitais filantrópicos ocorridas até o final do ano passado (ela foi enorme) demonstra com irrefutável clareza a gravidade da situação: numa instituição que

em dezembro tivesse um faturamento de Cr\$ 200 milhões e uma folha de salários de Cr\$ 100 milhões — relação média do setor, já que nos estabelecimentos sem fins lucrativos os 50 por cento restantes são dirigidos a medicamentos, alimentação e manutenção com o reajuste que acaba de ser concedido e os anteriores —, as receitas chegariam a Cr\$ 588 milhões, enquanto a folha de salários teria saltado para Cr\$ 506 milhões, o que corresponde a 86 por cento do faturamento.

No final de 1991, os salários representavam 50 a 55 por cento. Como não houve aumento do número de funcionários — pelo contrário —, fica evidente que o incremento da folha em termos absolutos e relativos se deve aos reajustes salariais registrados desde o início do ano. Como a maioria dos trabalhadores em hospitais ganha até três salários mínimos (hoje, Cr\$ 690 mil), são beneficiados pela nova política salarial, o que significou um reajuste de 130 por cento, em maio, sobre os salários que tiveram uma reposição de 120 por cento em janeiro, data-base da categoria. A situação aponta, portanto, para um agravamento do desequilíbrio financeiro dos hospitais de caridade e das santas casas, e apenas o Governo pode evitar o pior.

■ José Luiz Spigolon é presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil